

# Nota Crítica (1923)\*

## *Critical Note*

**Frank P. Ramsey**

Tradução de **Rogério Saucedo Corrêa**  
rogeriosaucedo@ufsm.com

*Tractatus Logico-Philosophicus*, por LUDWIG WITTGENSTEIN, com uma introdução por BERTRAND RUSSELL. (Biblioteca Internacional de Psicologia, Filosofia e Método Científico.) 1922.

Este livro é de suma importância, contendo ideias originais sobre uma grande variedade de tópicos, formando um sistema coerente. Se este sistema é ou não em essência, como afirma o autor, a solução final dos problemas com os quais ele se ocupa, é de extraordinário interesse e merece a atenção de todos os filósofos. E mesmo que o sistema seja totalmente incorreto, o livro contém um grande número de *obiter dicta* profundas e críticas de outras teorias. Contudo, é muito difícil entendê-lo, a despeito do fato de ser impresso com o texto alemão e a tradução inglesa em páginas opostas. O Sr. Wittgenstein escreve, não em prosa corrida, mas em breves proposições numeradas a fim de mostrar a ênfase posta sobre elas em sua exposição. Isso confere ao seu trabalho um sabor epigramático atraente, e talvez o torne mais preciso nos detalhes, à medida que cada frase deve ter recebido consideração à parte, mas isso parece tê-lo impedido de dar explicações adequadas de muitos de seus termos técnicos e teorias, talvez porque explicações exijam algum sacrifício na precisão.

Essa deficiência é compensada em parte pela Introdução do Sr. Russell, mas é possível que ele não seja um guia infalível para o que o Sr. Wittgenstein quis dizer. “Para entender o livro do Sr. Wittgenstein”, diz o Sr. Russell, “é necessário perceber qual é o problema que lhe importa. Na parte de sua teoria que trata do Simbolismo importam-lhe as condições que teria que cumprir uma linguagem logicamente perfeita”. Isso parece ser uma generalização muito duvidosa. De fato, existem passagens nas quais o Sr. Wittgenstein está explicitamente preocupado com uma linguagem logicamente perfeita e não com qualquer linguagem, por exemplo, na discussão sobre a “sintaxe lógica” em 3.325 <seq.>. Porém, ele parece sustentar, em termos gerais, que suas teorias valem para as linguagens ordinárias, a despeito

---

\* Revisão por Rogério Severo. O texto usado para esta tradução foi publicado em *The Foundations of Mathematics and other Logical Essays*, por Frank Plumpton Ramsey, editado por R. B. Braithwaite (New York: Harcourt, Brace and Company, 1931). Nas citações do *Tractatus* bem como da Introdução de Russell, adotou-se como parâmetro a tradução brasileira por Luiz Henrique Lopes dos Santos (São Paulo: EDUSP, 2008). No entanto, traduziu-se *representing relation* e *logical form of representation*, respectivamente, por relação representadora e forma lógica de representação.

da aparência em contrário (ver especialmente 4.002 <seq.>). Isso é obviamente um ponto importante, pois esta aplicação mais ampla aumenta grandemente o interesse e diminui a plausibilidade de qualquer tese tal como esta que o Sr. Russell declara ser talvez a mais fundamental na teoria do Sr. Wittgenstein, segundo a qual “para que uma sentença afirme um fato, deve haver, como quer que esteja construída a linguagem, algo em comum entre a estrutura da sentença e a estrutura do fato”.

Essa doutrina parece depender das noções difíceis de uma ‘figuração’ e sua ‘forma de representação’, que agora tentarei explicar e criticar.

Uma figuração é um fato, o fato que seus elementos estão combinados uns com os outros de um modo definido. Estes elementos estão coordenados com certos objetos (os constituintes do fato do qual a figuração é uma figuração). Essas coordenações constituem a relação representadora que torna a figuração uma figuração. Essa relação representadora “pertence à figuração” (2.1513). Penso que isso significa que, quando falamos de uma figuração, temos em mente alguma relação representadora em virtude da qual ela é uma figuração. Sob essas circunstâncias, dizemos que a figuração representa que os objetos estão combinados uns com os outros tal como estão os elementos da figuração, e isso é o sentido da figuração. E penso que isso tem de ser tomado como a definição de ‘representar’ e de ‘sentido’, isto é, que quando dizemos que uma figuração representa que certos objetos estão combinados de certo modo, apenas queremos dizer que os elementos da figuração estão combinados desse modo e estão coordenados com os objetos por meio da relação representadora, que pertence à figuração. (Que isso seja uma definição, penso, decorre de 5.542.)

As seguintes observações feitas anteriormente no livro, sobre a estrutura e a forma dos fatos podem lançar uma luz sobre a ‘forma de representação’. “A maneira como os objetos se vinculam no fato atômico é a estrutura do fato atômico. A forma é a possibilidade da estrutura. A estrutura do fato consiste nas estruturas dos fatos atômicos” (2.032, 2.033, 2.034). O único ponto que posso ver na distinção entre estrutura e forma, é que a introdução de ‘possibilidade’ pode incluir o caso em que o fato alegado, cuja forma estamos considerando, não é um fato, de tal modo que podemos falar da forma do fato *aRb*, quer *aRb* seja verdadeiro ou não, desde que seja logicamente possível. É de se lamentar que as definições acima não deixam claro se dois fatos podem, alguma vez, ter a mesma estrutura ou a mesma forma. Parece que dois fatos atômicos poderiam muito bem ter a mesma estrutura, porque os objetos vinculam-se do mesmo modo em cada um deles. No entanto, nas observações posteriores do livro, parece que a estrutura do fato não é meramente o modo como os objetos vinculam-se, mas também depende de quais objetos eles são, de modo que dois fatos diferentes nunca têm a mesma estrutura.

Uma figuração é um fato e como tal tem uma estrutura e uma forma. Contudo, estamos fornecendo as seguintes definições novas de sua ‘estrutura’ e sua ‘forma de representação’ em 2.15, 2.151. “Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão combinadas umas para as outras. Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se sua estrutura; a possibilidade desta estrutura chama-se a forma de representação da figuração. A forma de representação é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração”. Essa passagem é difícil de entender. Primeiro, porque temos aqui duas definições diferentes da forma de representação, e segundo, porque não é óbvio como interpretar ‘essa vinculação’ na

primeira das duas definições. Ela pode referir-se ao modo determinado em que os elementos estão combinados ou ao todo da frase precedente, isto é, “essa vinculação dos elementos” pode ser tal que sua combinação represente uma combinação similar das coisas. Em nenhuma dessas interpretações a primeira definição parece coincidir com a segunda. Podemos apenas ter a esperança de decidir entre esses possíveis significados de ‘forma de representação’, considerando as coisas que o Sr. Wittgenstein diz sobre ela. Sua principal propriedade, que a torna de fundamental importância para sua teoria, é aquela asserida em 2.17: “O que a figuração deve ter em comum com a realidade para poder representá-la à sua maneira – correta ou falsamente – é sua forma de representação”. Além disso, “o que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – representá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade. Se a forma de representação é a forma lógica, a figuração chama-se figuração lógica. Toda figuração é *também* uma figuração lógica. (No entanto, nem toda figuração é, por exemplo, uma figuração espacial)” (2.18, 2.181, 2.182). Parece, então, que a figuração pode ter várias formas de representação, mas uma delas deve ser *a* forma lógica, e que não é asserido que a figuração tem de ter a mesma forma lógica daquilo que ela afigura, mas que todas as figurações têm de ter *a* forma lógica. Isso também torna mais plausível a dedução de que a forma lógica de representação não pode ser representada, pois aquilo que era comum a uma figuração e a realidade não poderia fornecer bases para se supor que ela não poderia ser representada em outra figuração.

Agora fica fácil ver um sentido no qual uma figuração pode ter a forma espacial e também tem de ter a forma lógica, nomeadamente, tomando-se a forma como a (possibilidade da) maneira como os elementos da figuração estão vinculados. (Uma das interpretações da primeira definição dada acima). Isso pode ser lógico, tal como a cor de uma mancha em um mapa representa a elevação acima do nível no mar da porção correspondente do país. Os elementos da figuração estão vinculados como predicado e sujeito, e isso representa que as coisas correspondentes também estão vinculadas como predicado e sujeito. Por outro lado, a forma pode ser espacial, como no caso de um ponto estar entre outros dois representa que uma cidade está entre duas outras, mas nesse caso também podemos considerar o estar entre [*betweenness*] não como a maneira em que os pontos estão vinculados, mas como outro elemento da figuração que corresponde a ele mesmo. Assim, visto que o estar entre e os pontos estão combinados, não espacialmente, mas como relação tríplice e seus *relata*, isto é, logicamente, a forma é lógica. Aqui, então, temos algo que pode ser espacial e também tem de ser lógico, mas não se segue que isso seja a forma de representação, pois a forma de representação pode ser alguma entidade mais complicada, envolvendo isto, e assim, derivadamente espacial ou lógica. Se, de fato, o mencionado acima fosse o que o Sr. Wittgenstein quis dizer por forma de representação, então ao dizer que uma figuração tem de ter a forma lógica ele estaria dizendo nada mais que ela tem de ser um fato, e ao dizer que não podemos representar ou falar sobre a forma lógica de representação, nada mais que não podemos falar sobre o que faz um fato um fato nem, finalmente, *sobre* quaisquer fatos, porque todo enunciado aparentemente sobre fatos é, na verdade, sobre seus constituintes. Certamente, ele acredita nessas coisas, mas parece-me improvável que suas proposições complicadas sobre a forma de representação resultam em não mais do que isso. Provavelmente, ele está confuso e não usa o termo coerentemente, e se voltarmos para a segunda das definições dada

acima “A forma de representação é a possibilidade de que as coisas estejam umas para as outras tal como os elementos da figuração”, podemos descobrir um outro sentido no qual a figuração tem a forma de representação em comum com o afigurado, a saber, que as coisas com as quais seus elementos estão coordenados, pela relação representadora são de tais tipos que elas *podem* estar vinculadas da mesma maneira que os elementos da figuração e, então, chegamos ao princípio importante segundo o qual, “a figuração contém a possibilidade do estado de coisas que ela representa” (2.203). Parece-me, por razões explicadas mais adiante, que a aceitação independente deste princípio justificará quase todas as deduções não-místicas que o Sr. Wittgenstein faz da necessidade de algo em comum entre a figuração e o mundo, que não pode ele próprio ser representado; e que, portanto, pode-se dar a essas deduções uma base mais firme que a fornecida pela natureza dessa entidade elusiva, a forma de representação, a qual é intrinsecamente impossível de discutir.

Para se obter qualquer compreensão adicional do que o Sr. Wittgenstein pensa que uma frase tem de ter em comum com o fato que ela asseve, ou, na verdade, da maior parte do seu livro, é necessário entender seu uso da palavra ‘*proposição*’. Penso que isto é facilitado pela introdução de duas palavras usadas por C. S. Peirce. Uma palavra, no sentido em que há uma dúzia de palavras ‘o’ [‘*the*’] em uma página, ele chama *ocorrência* [token], e essas doze ocorrências são todas instâncias de um *tipo* [type], a palavra ‘o’. Além de ‘palavra’, há outras palavras que têm essa ambiguidade tipo-ocorrência. Dessa forma, uma sensação, um pensamento, uma emoção, ou uma ideia podem ser ou um tipo ou uma ocorrência. E no jargão do Sr. Wittgenstein, em contraste, por exemplo, com o do Sr. Russell em *The Principles of Mathematics*, ‘proposição’ também tem uma ambiguidade tipo-ocorrência.

Um *sinal proposicional* é uma frase, mas esse enunciado tem de ser qualificado, pois por ‘frase’ pode-se querer dizer algo da mesma natureza que as palavras das quais ela é composta. Mas um sinal proposicional difere essencialmente de uma palavra, porque não é um objeto ou classe de objetos, mas um fato, “o fato que seus elementos, as palavras, nele estão, uns para os outros, de uma determinada maneira” (3.14). Assim, ‘sinal proposicional’ tem a ambiguidade tipo-ocorrência. As ocorrências (como aquelas de qualquer sinal) são agrupadas em tipos por similaridade física (e por convenções que associam certos sons a certas formas) exatamente como as instâncias de uma palavra. No entanto, uma *proposição* é um tipo cujas instâncias consistem de todas as ocorrências de sinais proposicionais, os quais têm em comum, não uma aparência, mas um *sentido*.

Quanto à relação entre uma proposição e um pensamento, o Sr. Wittgenstein é um tanto obscuro, mas penso que ele quer dizer que um pensamento é um tipo cujas ocorrências têm em comum um sentido, e inclui as ocorrências de proposições correspondentes, mas inclui também outras ocorrências não-verbais. Essas, contudo, não são relevantemente diferentes das verbais, de maneira que é suficiente considerar-se essas últimas. Ele diz, “É claro, porém, que ‘A acredita que *p*’, ‘A pensa *p*’, ‘A diz *p*’, são da forma “‘*p*’ diz *p*.” (5.542), e assim reduz explicitamente a questão da análise do juízo, para a qual o Sr. Russell forneceu diferentes respostas em diferentes momentos, à questão “O que significa para uma ocorrência proposicional ter um sentido?”. Essa redução parece-me um avanço importante, e como a questão à qual ela leva é de importância fundamental, proponho examinar cuidadosamente como o Sr. Wittgenstein a responde.

Primeiro pode-se observar que se podemos responder nossa questão, incidentalmente resolvemos o problema da verdade, ou melhor, já é evidente que não há tal problema. Uma vez que se um pensamento ou ocorrência proposicional ' $p$ ' diz  $p$ , então, ela é dita verdadeira se  $p$ , e falsa se  $\sim p$ . Podemos dizer que é verdadeira se seu sentido concorda com a realidade, ou se o estado de coisas possível que ela representa é real, mas estas formulações apenas expressam a definição acima em outras palavras.

Segundo o Sr. Wittgenstein, uma ocorrência proposicional é uma figuração lógica. Desse modo, seu sentido deveria ser dado pela definição do sentido de uma figuração, e de acordo com isso, o sentido de uma proposição é que as coisas significadas pelos seus elementos (as palavras) estão vinculadas umas com as outras do mesmo modo como os próprios elementos, isto é, logicamente. Mas, é evidente que, para dizer o mínimo, esta definição é muito incompleta. Ela pode ser aplicada literalmente em apenas um caso, o da proposição elementar completamente analisada. (Pode-se explicar que uma proposição elementar é uma proposição que asseire a existência de um fato atômico, e que uma ocorrência proposicional é completamente analisada se nela existe um elemento que corresponde a cada objeto que ocorre em seu sentido). Assim, se ' $a$ ' significa  $a$ , ' $b$ ' significa  $b$ , e ' $R$ ', ou mais exatamente a relação que estabelecemos entre ' $a$ ' e ' $b$ ' ao escrevermos ' $aRb$ ', significa  $R$ , então que ' $a$ ' esteja nessa relação com ' $b$ ' diz que  $aRb$ , e, esse é o seu sentido. Mas, esse esquema simples evidentemente tem de ser modificado se, por exemplo, uma palavra é usada para 'ter  $R$  para com  $b$ ', de maneira que a proposição não é completamente analisada; ou se temos que lidar com uma proposição mais complicada, que contém constantes lógicas tais como 'não' ou 'se', que não representam objetos como os nomes o fazem. O Sr. Wittgenstein não deixa muito claro como ele propõe lidar com qualquer uma dessas duas dificuldades. Em consideração à primeira, a qual ele quase ignora, ele pode razoavelmente alegar que ela resulta de enormes complicações da linguagem coloquial, que não podem ser desembaraçadas *a priori*, pois em uma linguagem perfeita todas as proposições seriam completamente analisadas; exceto quando definimos um sinal para tomar o lugar de um encadeamento de sinais simples; então, como ele diz, o sinal definido significaria *via* os sinais pelos quais ele é definido. Mas, a outra dificuldade deve ser enfrentada, uma vez que não podemos estar satisfeitos com uma teoria que lida apenas com proposições elementares.

O sentido das proposições em geral é explicado por referência às proposições elementares. Para  $n$  proposições elementares há  $2^n$  possibilidades de verdade e falsidade que são denominadas as possibilidades de verdade das proposições elementares. De modo similar, há  $2^n$  possibilidades de existência e não existência dos fatos atômicos correspondentes. O Sr. Wittgenstein diz que qualquer proposição é a expressão da concordância e discordância com as possibilidades de verdade de certas proposições elementares, e seu sentido é sua concordância e discordância com as possibilidades de existência e inexistência dos fatos atômicos correspondentes (4.4, 4.2).

Isso é ilustrado pelo seguinte simbolismo para funções de verdade.  $V$  está para verdadeiro,  $F$  para falso, e escrevemos as quatro possibilidades para duas proposições elementares da seguinte forma:

$p$	$q$
$V$	$V$
$F$	$V$
$V$	$F$
$F$	$F$

Agora, colocando um  $V$  para a possibilidade da concordância e deixando em branco para a discordância, podemos expressar  $p \supset q$ , por exemplo, da seguinte maneira:

$p$	$q$	
$V$	$V$	$V$
$F$	$V$	$V$
$V$	$F$	
$F$	$F$	$V$

Ou, adotando-se uma ordem convencional para as possibilidades,  $(VV-V)$  ( $p, q$ ). Evidentemente, essa notação não exige de modo algum que  $p, q$  sejam proposições elementares, e ela pode ser estendida para incluir proposições contendo variáveis aparentes. Assim,  $p, q$  podem ser dadas não por enumeração, mas como todos os valores de uma função proposicional, *i.e.*, todas as proposições que contêm certa expressão (definida como “cada parte da proposição que caracteriza seu sentido”(3.31)); e  $(-----V)$  ( $\xi$ ), onde o  $V$  solitário expressa concordância somente com a possibilidade que todos os argumentos são falsos, e,  $\xi^1$  é o conjunto de valores de  $\tilde{f}\tilde{x}$ , é o que é escrito comumente como  $\sim : (\exists x) . f\tilde{x}$ . Portanto, toda proposição é uma função de verdade de proposições elementares, e muitos sinais proposicionais construídos diferentemente são a mesma proposição, porque expressam concordância e discordância com as mesmas possibilidades de verdade, eles têm o mesmo sentido e são a mesma função de verdade de proposições elementares. Assim,

$$q \supset p : \sim q \supset p \text{ e } \sim (\sim p \vee \sim p) \text{ são o mesmo que } p.$$

Isso leva a uma teoria da inferência extremamente simples. Se chamarmos de fundamentos de verdade àquelas possibilidades de verdade com as quais uma proposição concorda, então,  $q$  decorre de  $p$  se os fundamentos de verdade de  $p$  estão contidos entre os de  $q$ . Nesse caso, o Sr. Wittgenstein também diz que o sentido de  $q$  está contido no de  $p$ , que, ao asserirmos  $p$ , estaremos incidentalmente asserindo  $q$ . Penso que esse enunciado é realmente uma definição de estar contido no que diz respeito aos sentidos, e uma extensão do significado de asserir parcialmente em conformidade com o uso comum, que provavelmente concorda no que diz respeito a  $p . q$  e  $p$ , ou  $(x) . f\tilde{x}$  e  $f\tilde{a}$ , mas não de outro modo.

1 [O uso de Wittgenstein da barra é completamente diferente dos de outros lugares deste livro. – Nota do Editor do texto em inglês]. Por razões de formatação adotou-se o apóstrofo na letra grega  $\xi$  e não a barra sobre ela. (Nota do tradutor).

Existem dois casos extremos de grande importância. Se expressamos discordância com todas as possibilidades de verdade, obtemos uma *contradição*; se expressamos concordância com todas elas, obtemos uma *tautologia*, a qual não diz nada. As proposições da lógica são tautologias, e é uma realização notável ter esclarecido esta sua característica essencial.

Agora, temos que considerar se o que foi dito acima é uma explicação adequada do que significa para uma ocorrência proposicional ter um sentido; e parece-me que certamente não é. Pois, na verdade, é apenas uma explicação de quais sentidos existem, não de quais sinais proposicionais têm quais sentidos. Ela nos capacita a substituir “*p* diz *p*” por “*p* expressa concordância com estas possibilidades de verdade e discordância com estas outras”, mas a última formulação não pode ser considerada como uma análise final da primeira formulação, e não está de modo algum claro como sua análise posterior prossegue. Portanto, temos que olhar em outra parte para responder nossa questão. No que diz respeito a essa resposta, o Sr. Wittgenstein faz uma contribuição clara. Em 5.542 ele diz que em “*p* diz *p*” temos uma coordenação de fatos por meio da coordenação de seus objetos. Mas, essa explicação é incompleta, porque o sentido não é completamente determinado pelos objetos que nele ocorrem, e tampouco é o sinal proposicional completamente constituído pelos nomes que nele ocorrem, pois nele também pode haver constantes lógicas que não são coordenadas com objetos e que completam a determinação do sentido de uma maneira que é deixada obscura.

Se tivéssemos que lidar apenas com um simbolismo lógico, penso que não haveria qualquer dificuldade. Pois, à parte da variação nos nomes usados, haveria uma regra dando todos os sinais proposicionais que nesse simbolismo têm um sentido, e poderíamos completar a definição de ‘sentido’ adicionando a ela essas regras. Assim, supondo-se estarmos lidando com o simbolismo dos *Principia Mathematica*, “*p* diz que  $\sim aRb$ ” seria analisado como se segue: chame-se tudo que significa *a* de ‘*a*’, e assim por diante, e chame-se ‘*a*’ ‘*R*’ e ‘*b*’ de ‘*q*’. Então, ‘*p*’ é ‘ $\sim q$ ’ ou ‘ $\sim \sim q$ ’ ou ‘ $\sim q \vee \sim q$ ’ ou qualquer um dos outros símbolos construídos de acordo com uma regra definida. (É claro que se pode duvidar se é possível formular essa regra, uma vez que ela parece pressupor toda a lógica simbólica, mas em qualquer notação perfeita seria possível. Na notação do Sr. Wittgenstein, por exemplo, com *V*s e *F*s não haveria dificuldade). No entanto, é óbvio que isso não é suficiente, não daria uma análise de ‘*A* assere *p*’, mas apenas de ‘*A* assere *p* usando tal-e-tal notação lógica’. Mas, podemos muito bem saber que um chinês tem uma opinião sem ter uma ideia da notação lógica que ele usa. Do mesmo modo, o enunciado evidentemente significativo, segundo o qual os alemães usam ‘*nicht*’ para não, torna-se parte da definição de palavras tais como ‘crença’, ‘pensamento’ quando usadas por alemães.

É muito difícil ver uma maneira de sair dessa dificuldade uma delas talvez possa ser encontrada na sugestão do Sr. Russell, em *The Analysis of Mind* (p. 250), segundo a qual pode haver sentimentos especiais de crenças ocorrendo na disjunção e implicação. Constantes lógicas poderiam, então, ser significativas enquanto substitutas desses sentimentos que formariam as bases de um simbolismo lógico universal do pensamento humano. Mas, voltando ao enunciado anterior do Sr. Wittgenstein, segundo o qual o sentido de uma figuração é que as coisas estão vinculadas umas com as outras tal como os elementos da figuração, parece que ele acredita em outra espécie de solução. A interpretação natural disso em nosso presente contexto é que



só podemos representar que *a* não tem uma relação com *b*, fazendo com que '*a*' não tenha uma relação com '*b*' ou, em geral, que apenas um fato negativo pode asserir um fato negativo, apenas um fato implicativo pode asserir um fato implicativo e assim por diante. Isso é absurdo e, evidentemente, não é o que ele quer dizer. Mas, ele parece sustentar que uma ocorrência proposicional assemelha-se ao seu sentido de alguma maneira desse modo geral. Assim, ele diz em (5.512) que "O que nega em ' $\sim p$ ' não é ' $\sim$ ', mas o que é comum a todos os sinais dessa notação que negam *p*. Portanto, a regra comum segundo a qual ' $\sim p$ ', ' $\sim \sim p$ ', ' $\sim p \vee \sim p$ ', ' $\sim p \cdot \sim p$ ', etc., etc. (*ad inf.*) são construídos. E isso que lhes é comum espelha a negação". Não posso entender como isso espelha a negação. Certamente, não é do modo simples em que a conjunção de duas proposições espelha a conjunção de seus sentidos. Essa diferença entre a conjunção e outras funções de verdade, pode ser vista no fato que crer em *p* e *q* é crer em *p* e crer em *q*. Mas, crer em *p* ou *q* não é o mesmo que crer em *p* ou crer em *q*, nem crer em não *p* é o mesmo que não crer em *p*.

Agora, temos de voltarmo-nos a uma das teorias mais interessantes do Sr. Wittgenstein, segundo a qual existem certas coisas que não podem ser ditas, mas apenas mostradas e elas constituem o Místico. A razão pela qual elas não podem ser ditas é que elas têm a ver com a forma lógica, que as proposições têm em comum com a realidade. Que espécie de coisas elas são é explicado em 4.122: "Podemos, em certo sentido, falar de propriedades formais dos objetos e fatos atômicos ou de propriedade da estrutura dos fatos e, no mesmo sentido, de relações formais e relações entre estruturas. (Ao invés de propriedade de estrutura, digo também 'propriedade interna'; ao invés de relação entre estruturas, 'relação interna'. Introduzo essas expressões para mostrar o que funda a confusão, muito difundida no meio dos filósofos, entre as relações internas e as relações propriamente ditas (externas)). A presença de tais propriedades e relações internas não pode, todavia, ser asserida por proposições; mostra-se, sim, nas proposições que apresentam os fatos atômicos e tratam dos objetos em questão". Como já disse, não me parece que a natureza da forma lógica seja suficientemente clara para fornecer qualquer argumento cogente em favor de tais conclusões, e penso que uma abordagem melhor ao tratamento das propriedades internas pode ser dada pelo seguinte critério: "Uma propriedade é interna se é impensável que seu objeto não a possua"(4.123).

É um princípio do Sr. Wittgenstein que toda proposição genuína assera algo possível, mas não necessário, e se esse princípio é verdadeiro, trata-se de uma descoberta muito importante. Isso decorre de sua explicação de uma proposição como a expressão da concordância ou discordância com as possibilidades de verdade das proposições elementares independentes, de maneira que a única necessidade é a das tautologias e a única impossibilidade é a das contradições. Há uma grande dificuldade em sustentar isso, pois o Sr. Wittgenstein admite que um ponto no campo visual *não pode* ser ao mesmo tempo vermelho e azul, e, de fato, de outro modo, uma vez que ele pensa que a indução não tem base lógica, não deveríamos ter razão para pensar que não podemos deparar-nos com um ponto visual que seja ao mesmo tempo vermelho e azul. Portanto, ele diz que "Isto é vermelho e azul" é uma contradição. Isso implica que os conceitos aparentemente simples de vermelho, azul (supondo-se que queremos dizer com essas palavras tons absolutamente específicos) são, na verdade, complexos e formalmente incompatíveis. Ele tenta mostrar como isso pode ser, analisando-os em termos de vibrações. Mas, mesmo supondo que o físico forneça



assim uma análise do que queremos dizer por ‘vermelho’, o Sr. Wittgenstein está apenas reduzindo a dificuldade à daquela das propriedades *necessárias* do espaço, tempo e matéria ou o éter. Ele explicitamente faz isso depender da *impossibilidade* de uma partícula estar em dois lugares ao mesmo tempo. Essas propriedades necessárias do espaço e tempo dificilmente são capazes de uma redução adicional desse tipo. Por exemplo, considerando-se estar entre pontos do tempo no que diz respeito às minhas experiências, se *B* está entre *A* e *D*, e *C* está entre *B* e *D*, então *C* tem de estar entre *A* e *D*, mas é difícil ver como isso pode ser uma tautologia formal.

Mas, nem todas as verdades aparentemente necessárias podem ser supostas ou são supostas pelo Sr. Wittgenstein, como tautologias. Existem também as propriedades internas, as quais são impensáveis que seus objetos não as possuam. Frases que aparentemente asserem tais propriedades de objetos são consideradas pelo Sr. Wittgenstein como contrassensos, mas estão em alguma relação obscura com algo inexpressável. Esse último ponto parece estar envolvido com a sua razão para pensar que elas são contrassensos, a saber, que o que elas pretendem asserir não pode ser asserido. Porém, parece-me possível dar razões de porque essas frases são contrassensos e uma explicação geral da sua origem e aparente significatividade, que não têm implicações místicas.

Frases desse tipo que chamamos de ‘pseudoproposições’ surgem de várias maneiras dependendo de nossa linguagem. Uma origem é a necessidade gramatical para substantivos como ‘objeto’ e ‘coisa’, os quais não correspondem a funções proposicionais assim como os substantivos comuns ordinários o fazem. Assim, de ‘Isto é um objeto vermelho’ parece seguir-se a pseudoproposição ‘Isto é um objeto’ que no simbolismo dos *Principia Mathematica* não poderiam ser escritas de modo algum. Mas, a origem mais comum e importante é a substituição de nomes ou nomes relativos por descrições. (Uso ‘nomes relativos’ para incluir ‘*p*’, a expressão para um dado sentido *p*, em contraste com a descrição desse sentido tal como ‘o que eu disse’). Isso é legítimo usualmente, pois se temos um esquema proposicional com espaços em branco, a significância do esquema geralmente pressupõe, quando os espaços em branco são preenchidos por descrições, sua significância, quando eles são preenchidos por nomes de coisas que correspondem às descrições. Dessa forma, a análise de ‘O  $\phi$  é vermelho’ é ‘Há uma e apenas uma coisa que é  $\phi$ , e ela é vermelha’ e a ocorrência de ‘é vermelho’ mostra que o significância da nossa proposição pressupõe o significância de ‘*a* é vermelho’, onde *a* é do tipo de  $\phi$ . Mas, algumas vezes esse não é o caso, porque a proposição contendo a descrição tem de ser analisada de uma maneira um pouco diferente. Dessa forma, ‘O  $\phi$  existe’ não é ‘Há uma e apenas uma coisa que é  $\phi$ , e ela existe’, mas simplesmente ‘Há uma e apenas uma coisa que é  $\phi$ ’, de maneira que sua significância não pressupõe a significância de ‘*a* existe’, que é um contrassenso, pois sua verdade poderia ser vista por mera inspeção sem comparação com a realidade o que nunca é o caso com uma proposição genuína. Mas, em parte, porque algumas vezes fracassamos em distinguir ‘*a* existe’ de ‘O objeto significado por “*a*” existe’ e, em parte, porque ‘\_\_\_ existe’ é sempre significativo quando o espaço em branco é preenchido por uma descrição, e não somos suficientemente sensíveis para a diferença entre descrições e nomes; ‘*a* existe’ dá a impressão às vezes de ser significativa. O Sr. Wittgenstein deixa-se levar por essa impressão enganadora até o ponto de sustentar que a existência do nome ‘*a*’ mostra que *a* existe, mas que isso não pode ser asserido. Contudo, isso parece

ser um componente principal do místico: “O místico não é *como* o mundo é, mas *que* ele é” (6.44).

Nosso próximo exemplo é providenciado pela identidade para a qual o Sr. Wittgenstein fornece uma crítica destrutiva importante: “A definição de Russell para ‘=’ não é satisfatória, porque não se pode, segundo ela, dizer que dois objetos têm todas as propriedades em comum. (Mesmo que essa proposição nunca seja correta, ela é, todavia, *significativa*)” (5.5302). E ‘ $a = b$ ’ tem de ser uma pseudoproposição, visto que é verdadeira ou falsa *a priori* conforme ‘ $a$ ’, ‘ $b$ ’ sejam nomes para as mesmas coisas ou para coisas diferentes. Agora, se adotamos a nova convenção, segundo a qual dois sinais diferentes em uma proposição tem de ter significados diferentes, obtemos uma nova análise das descrições que não envolve a identidade. Para  $f(\lambda x)$  ( $\phi x$ ), em vez de

$$(\exists c) : \phi x \supset_x x = c . fc,$$

temos

$$(\exists x) . \phi x . fx : \sim (\exists x, y) . \phi x . \phi y.$$

E, visto que,  $(\lambda x) (\phi x) = c$  é analisada como  $\phi c : \sim (\exists x, y) . \phi x . \phi y$ , vemos que ‘\_\_\_ = \_\_\_’ é significativo apenas quando ao menos um espaço em branco é preenchido por uma descrição. Incidentalmente, essa rejeição da identidade pode ter consequências sérias para a teoria dos agregados e números cardinais. Por exemplo, dificilmente é plausível dizer que duas classes são de igual número apenas quando há uma relação de um-para-um, cujo domínio é um e a imagem do domínio é outra, a menos que tais relações possam ser construídas por meio da identidade.

A seguir mostrarei como essa explicação aplica-se às propriedades internas dos sentidos das proposições ou, se elas são proposições verdadeiras, aos fatos correspondentes. Um exemplo é ‘ $p$  é sobre  $a$ ’. Sua significância poderia ser pensada como decorrendo da significância de ‘Ele disse algo sobre  $a$ ’, mas se refletirmos sobre a análise desta última proposição, veremos que isso não é o caso, pois, evidentemente, ela não se reduz a ‘Há um  $p$  que ele asseriu e que é sobre  $a$ ’, mas a ‘Há uma função  $\phi$ , tal que ele asseriu  $\phi a$ ’, que não envolve a pseudoproposição ‘ $p$  é sobre  $a$ ’. Do mesmo modo, ‘ $p$  é contraditório a  $q$ ’ poderia ser pensado como estando envolvido em ‘Ele me contradisse’, mas vemos que ela é uma pseudoproposição, quando analisamos esta última como ‘Existe um  $p$  tal que eu asseri  $p$  e ele asseriu  $\sim p$ ’. É claro que isso não é uma análise completa, mas é o primeiro passo e é suficiente para o nosso presente propósito e mostra como ‘\_\_\_ é contraditório a \_\_\_’ só é significativo quando ao menos um espaço em branco é preenchido por uma descrição.

Outras pseudoproposições são as da matemática que, de acordo com o Sr. Wittgenstein, são equações obtidas escrevendo-se ‘=’ entre duas proposições que podem ser substituídas uma pela outra. Não vejo como se pode supor que essa explicação cubra toda a matemática, e ela é evidentemente incompleta, visto que também existem desigualdades, que são mais difíceis de explicar. Contudo, é fácil ver que ‘Eu tenho mais que dois dedos’ não pressupõem a significância de ‘ $10 > 2$ ’, pois se lembrarmos que sinais diferentes tem de ter significados diferentes, trata-se simplesmente de ‘ $(\exists x, y, z) : x, y, z$  são dedos meus’.

Assim como a explicação de algumas verdades aparentemente necessárias tais como as tautologias encontraram dificuldade no campo das cores, assim também

ocorre com a explicação do resto das pseudoproposições. “Esta cor azul e aquela”, diz o Sr. Wittgenstein, “estão na relação interna do mais claro ao mais escuro *eo ipso*. É impensável que *estes* dois objetos não estejam nessa relação” (4.123). De acordo com isso, uma frase que aparentemente asseire que uma cor nomeada é mais clara que outra cor nomeada tem de ser uma pseudoproposição, mas é difícil ver como isso pode ser reconciliado com a significância indubitável de uma frase que asseire que uma cor descrita é mais clara que outra, tal como ‘Minha almofada em casa é mais clara que meu carpete’. Mas, nesse caso a dificuldade poderia ser completamente removida pela suposição de que o físico está realmente analisando o significado de ‘vermelho’, pois sua análise de uma cor chega por fim a um número, tal como o comprimento de uma onda ou o que quer que seja, e a dificuldade é reduzida à de reconciliar a não-significância de uma desigualdade entre dois números dados com a significância de uma desigualdade entre dois números descritos, que é evidentemente de algum modo possível segundo a linha sugerida acima para ‘Eu tenho mais que dois dedos’.

Passemos agora a como o Sr. Wittgenstein considera a filosofia. “O fim da filosofia”, ele diz, “é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não é um número de ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras. Cumpre à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos” (4.112). Parece-me que não podemos ficar satisfeitos com esta concepção sem alguma explanação adicional de ‘clareza’, o que tentarei fazer em harmonia com o sistema do Sr. Wittgenstein. Penso que uma frase escrita é ‘clara’, à medida que ela tem propriedades *visíveis* correlacionadas com ou ‘mostrando’ as propriedades internas do seu sentido. Este último, segundo o Sr. Wittgenstein, sempre se mostra nas propriedades internas da proposição, mas devido à ambiguidade tipo-ocorrência de ‘proposição’ não é imediatamente claro o que isso significa. Penso que as propriedades de uma proposição têm de significar as propriedades de todas as suas ocorrências. Porém, as propriedades internas de uma proposição são aquelas propriedades das ocorrências que são, por assim dizer, internas ao tipo, mas não às ocorrências, *i.e.*, aquelas que uma das ocorrências tem de ter se ela é uma ocorrência de tal tipo, e não aquelas que é impensável que ela não tenha em hipótese alguma. Temos de lembrar que não há *necessidade* para uma frase ter o sentido que de fato ela tem, de maneira que se uma frase diz *fa*, não é uma propriedade interna da frase que nela exista algo de algum modo vinculado com *a*, mas isso é uma propriedade interna da proposição, porque a frase não poderia pertencer de outro modo àquele tipo de proposição, *i.e.*, ter aquele sentido. Assim, vemos que as propriedades internas de uma proposição que mostram aquelas do seu sentido, em geral, não são as visíveis, mas propriedades complicadas envolvendo a noção de significado. No entanto, em uma linguagem perfeita, na qual cada coisa tem o seu próprio nome, que no sentido de uma frase um objeto ocorra, seria também mostrada visivelmente pela ocorrência do nome daquele objeto na frase; e poder-se-ia esperar que isso ocorra com respeito a todas as propriedades internas dos sentidos. Que um sentido, por exemplo, esteja contido em outro (*i.e.*, que uma proposição siga-se de outra) sempre poderia aparecer visivelmente nas frases que os expressam. (Isso é quase obtido na notação *V* do Sr. Wittgenstein). Assim, em uma linguagem perfeita todas as frases ou pensamentos seriam perfeitamente claros. Para dar uma definição geral de ‘claro’ temos de substituir ‘propriedade visível da frase’

por ‘propriedade interna do sinal proposicional’, que interpretamos analogamente a ‘propriedade interna da proposição’ como uma propriedade que uma ocorrência tem de ter se ela deve ser aquele sinal, que, se a ocorrência é escrita, é o mesmo que uma propriedade visível. Dizemos, então, que um sinal proposicional é claro à medida que as propriedades internas do seu sentido são mostradas não apenas por propriedades internas da proposição, mas também por propriedades internas do sinal proposicional.

(Talvez seja uma confusão entre as propriedades internas da proposição e as propriedades internas do sinal proposicional que dê origem à ideia de que as doutrinas do Sr. Wittgenstein são, em geral, asseridas apenas em uma linguagem perfeita).

Podemos facilmente interpretar essa ideia de filosofia em termos da explicação [*account*] não-mística das propriedades internas dada acima. Primeiro observamos e explicamos o fato que com frequência reconhecemos ou não que algo tem uma propriedade interna, embora isso seja uma pseudoproposição, e assim não pode ser reconhecido. O que realmente reconhecemos é que ‘O objeto ou sentido significado ou asserido pelas palavras diante de nós tem essa propriedade’, que é significativo porque substituímos uma descrição por um nome. Assim, como resultado da prova lógica, reconhecemos não que  $p$  é uma tautologia que é uma pseudoproposição, mas que ‘ $p$ ’ não diz nada. Tornar proposições claras é facilitar o reconhecimento de suas propriedades lógicas, expressando-as na linguagem de tal modo que essas propriedades estejam associadas com propriedades visíveis da frase.

Porém, penso que essa atividade resultará em proposições filosóficas sempre que descobrirmos alguma coisa nova sobre a forma lógica do sentido de qualquer conjunto interessante de frases, tais como aqueles que expressam os fatos da percepção e do pensamento. Temos de concordar com o Sr. Wittgenstein que ‘ $p$  é de tal-e-tal forma’ é um contrassenso, mas “‘ $p$ ’ tem um sentido de tal-e-tal forma’ pode ainda assim não ser um contrassenso. Se é ou não é um contrassenso, isso depende da análise de “‘ $p$ ’ é significativa’ que me parece provavelmente ser uma proposição disjuntiva cujas alternativas surgem, parcialmente, das diferentes formas possíveis do sentido de ‘ $p$ ’. Se isso é assim, podemos formar uma proposição sobre a forma do sentido de ‘ $p$ ’ excluindo-se alguma dessas alternativas. E em certos casos isso poderia ser apropriadamente chamado de uma proposição filosófica, tais como quando ‘ $p$ ’ é ‘Ele pensa  $q$ ’ ou ‘Ele vê  $a$ ’. Isso tampouco seria incompatível com a asserção mais moderada do Sr. Wittgenstein, segundo a qual “A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas sem sentido. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de sem sentido. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem” (4.003)<sup>2</sup>.

Finalmente, desejo tratar da visão geral do Sr. Wittgenstein sobre o mundo. “O mundo”, ele diz, “é a totalidade dos fatos, não das coisas” (1.1), e, “é óbvio que um

2 Aqui, Ramsey traduz ‘unsinnig’ e ‘Unsinnigkeit’ respectivamente por senseless e senselessness. Nessa tradução, ‘senseless’ e ‘senselessness’ foram traduzidas por sem sentido e caráter de sem sentido, embora a tradução brasileira do Tractatus Logico-Philosophicus traga contrassenso e caráter de contrassenso. Por sua vez, ‘nonsense’ foi traduzido por contrassenso. (Nota do tradutor)

mundo imaginário, por mais que difira do mundo real, deve ter algo – uma forma – em comum com ele. Essa forma fixa consiste precisamente nos objetos” (2.022, 2.023). É uma concepção pouco comum essa de que qualquer mundo imaginável tem de conter todos os objetos do mundo real, mas isso parece seguir-se dos seus princípios, pois se ‘*a* existe’ é um contrassenso, não podemos imaginar que ele não exista, mas apenas que ele tem ou não alguma propriedade.

O Sr. Russell em sua Introdução encontra uma dificuldade aguda no fato de que (*x*).  $\phi x$  envolva a totalidade dos valores de  $\phi x$ , e, por conseguinte, aparentemente, dos valores de *x*, o que segundo o Sr. Wittgenstein não pode ser dito, pois uma de suas teses fundamentais é “que é impossível dizer algo sobre o mundo como um todo e o que quer que possa ser dito tem que ser sobre porções limitadas do mundo”. Contudo, parece duvidoso que isso seja uma expressão justa da concepção do Sr. Wittgenstein, pois ela sugere que é impossível dizer (*x*).  $\phi x$ , mas não talvez ‘Todos *S*’s são *P*’ considerada como não asserindo nada sobre os não-*S*’s, o que ele certamente não sustenta. Então, pode ser interessante considerar o que ele diz que dá plausibilidade a interpretação do Sr. Russell. Sem dúvida ele nega que possamos falar do número de todos objetos (4.1272). Contudo, isso não é assim porque todos os objetos formam uma totalidade ilegítima, mas porque ‘objeto’ é um pseudoconceito expresso não por uma função, mas pela variável *x*. (Incidentalmente não vejo por que o número de todos os objetos não deveria ser definido como a soma do número de coisas que tem alguma propriedade específica e o número de coisas que não tem aquela propriedade). Ele diz também que “O sentimento do mundo como uma totalidade limitada é o sentimento místico” (6.45). Mas, não penso que podemos seguir o Sr. Russell e deduzir disso que a totalidade dos valores de *x* é mística, senão porque “O mundo é totalidade dos fatos, não das coisas” (1.1). Além disso, penso que ‘limitado’ fornece a chave para a frase citada acima. O sentimento místico é o sentimento de que o mundo não é tudo, que há algo fora dele, seu ‘sentido’ ou ‘significado’.

Não se deve pensar que os tópicos que discuti chegam perto de exaurir o interesse do livro. O Sr. Wittgenstein sempre faz observações interessantes, algumas extremamente penetrantes, sobre muitos outros assuntos tais como a Teoria dos Tipos, Relações de Ancestralidade, Probabilidade, a Filosofia da Física e Ética.